



Bolsas Na terça-feira 1,44% São Paulo 0,6% Nova York	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 125.666 / 125.094 1/7 2/7 5/7 6/7	Salário mínimo R\$ 1.100	Dólar Na terça-feira R\$ 5,209 (▲ 2,39%) Últimas cotações (em R\$) 29/junho 4,942 30/junho 4,973 1/julho 5,045 2/julho 5,053 5/julho 5,087	Euro Comercial, venda na terça-feira R\$ 6,159	Capital de giro Na terça-feira 6,76%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 4,27%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Janeiro/2021 0,25 Fevereiro/2021 0,86 Março/2021 0,93 Abril/2021 0,31 Maio/2021 0,83
--	--	---	---	--	--	--	--

TRIBUTOS / Presidente da Câmara se junta à iniciativa do governo de definir cobrança de imposto de pessoa jurídica. Fiesp considera insuficiente a redução da alíquota de 5 pontos percentuais e alerta para risco de aumento na carga tributária. Guedes fala em corte de subsídios

Lira: empresários vão pagar por dividendos

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

» IZABEL PEREIRA

A proposta do governo de alterar o Imposto de Renda, enviada no último dia 25 por meio do PL nº 2337/2021, entrou de vez na pauta do Congresso. Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), afirmou que o projeto de lei que muda o IR de pessoas físicas e empresas pode precisar de ajustes, mas que empresários não devem se aproveitar dessa divergência para evitar a tributação de dividendos. Lira afirmou que a proposta é boa. "Mas, às vezes, você erra na dosagem. É que, às vezes, um projeto do governo é feito a várias mãos e, nesse aspecto, ele pode chegar aqui com algumas disparidades. Você aumenta uma carga ali, ou diminui uma ação aqui, que podem gerar algumas distorções".

Para o deputado, por ser a casa das leis e do povo, "o Congresso tem a obrigação maior de corrigir e fazer com que se pague mais impostos no Brasil quem ganha mais", destacou. Segundo ele, "alguns empresários não podem aproveitar de uma disparidade de alguma alíquota que venha, de alguma dosagem de imposto, para não querer pagar dividendos. O Brasil é um dos únicos países do mundo em que 21 mil pessoas, por exemplo, podem receber 231 bilhões sem pagar um real de imposto", disse Lira, em entrevista à *Rádío Jovem Pan*.

O deputado afirmou, ainda, que não haverá aumento da carga tributária, e que irão "trabalhar para que a reforma seja neutra, sem a sanha arrecadatória da Receita".

No projeto enviado ao Congresso, o governo propôs a redução da alíquota de empresas dos atuais 15% para 10%, com escalonamento de 2,5 pontos percentuais no primeiro ano e mais 2,5 no segundo ano. A proposta tem sido criticada por membros do Legislativo e por empresários. Entre os especialistas, é consenso de que haverá aumento na carga tributária, diferentemente do que asseguram o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara. Ao invés de simplificar o sistema tributário, afirmam os analistas, o governo vai na direção contrária: prejudi-



Arthur Lira, entre os ministros Flávia Arruda e Paulo Guedes: Planalto e Congresso buscam consenso na proposta que define o IR sobre empresas

ca o investimento produtivo e beneficia especuladores do mercado financeiro, que terão a alíquota reduzida de 22,5% para 15% em aplicações de curto prazo.

Diante das críticas, Guedes sugeriu que um corte de cinco pontos percentuais fosse feito já no primeiro ano de vigência da medida. Em seguida, afirmou que a redução poderá ser de dez pontos se o governo conseguir cortar subsídios de empresas. O relator do texto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), também é favorável a mudanças. Ele avalia um corte de 10 pontos percentuais no tributo de empresas e estuda ampliar benefícios na tabela de imposto para pessoas físicas.

Empresários reagem

Diretamente atingido pela cobrança de impostos sobre dividendos, o setor empresarial faz ressalvas à proposta do governo. Em primeiro lugar, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a tabela do IRPF está congelada desde 2015, e está defasada em 45%. Assim, o ideal seria corrigi-la em 45% para

todos os contribuintes. Pela proposta do governo, a correção é de 37% para a primeira faixa e de 13% para as demais.

Para a entidade, ao propor cobrança de IR de 20% sobre dividendos e o fim do pagamento de juros sobre capital próprio, o governo tornará mais caras as atividades produtivas.

Ainda de acordo com a Fiesp, não há garantia de que os novos custos (gerados pela tributação sobre dividendos) sejam compensados pela redução de 5 pontos percentuais do IRPJ em dois anos. Por essa razão, há risco de que as mudanças resultem em aumento de carga tributária, o que, para a entidade é inaceitável. "Não podemos desestimular a atividade empresarial com essa diferença de tributação", alega a entidade empresarial, em nota.

A Fiesp afirma, ainda, que é preciso avaliar a reforma do IR em conjunto com a criação da Contribuição Social sobre Operações de Bens e Serviços (CBS), resultante da unificação do PIS e Cofins. E mesmo a alíquota neutra de 8,3% elevaria a carga tributária para alguns setores. "Uma

alíquota de 10%, como tem defendido o governo, significa aumento de impostos, o que não é aceitável. Mesmo a alíquota de 8,3%, embora neutra na média, elevará a carga de segmentos que hoje recolhem pelo sistema cumulativo e têm poucos créditos deste imposto, como prestadores de serviços, advogados, médicos etc", acrescenta a entidade.

Possível corte de subsídios

Para compensar a redução maior do IRPJ, o governo avalia cortar subsídios de determinados setores da indústria. Esses cortes poderiam proporcionar uma queda na alíquota de 10 pontos percentuais, em 2022, já sugerida por Paulo Guedes nos últimos dias. Com isso, seria possível reduzir o imposto de renda das empresas de 25% para 15%, nas contas da equipe do ministro.

Para isso, será necessário cortar R\$ 20 bilhões em desonerações, de acordo com as contas do governo federal. Um dos alvos desse corte será a redução de impostos estabelecida pelo Regime Especial da Indústria

Química (Reiq). O governo já tentou cortar esses incentivos a partir deste ano, mas o texto foi alterado pelo Congresso. Nesse caso, seria possível conseguir R\$ 1,7 bilhão por ano.

Para o governo, o corte de subsídios para empresas específicas pode incentivar uma disputa "sadia" no Congresso. Na avaliação de interlocutores de Guedes, como a maior parte das empresas será beneficiada pelo corte do IRPJ, essas companhias pressionaram pelo fim do incentivo de uma minoria. Outro alvo da equipe econômica é o de xarope de refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

O governo precisa mandar até setembro uma proposta de corte de subsídios fiscais. A determinação consta em uma proposta aprovada pelo Congresso, que poupou incentivos como a Zona Franca, a cesta básica e o Simples. A intenção é atrelar esse projeto à reforma, de modo a conseguir, pelo menos, os R\$ 20 bilhões para reduzir o imposto de todas as empresas.

A previsão é de uma arrecadação de cerca de R\$ 60 bilhões anuais com a medida.



O Brasil é um dos únicos países do mundo em que 21 mil pessoas, por exemplo, podem receber 231 bilhões sem pagar um real de imposto."

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

Licenciamento de patentes

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o projeto de lei que permite ao governo federal o licenciamento compulsório temporário de patentes para produzir medicamentos e vacinas nos casos de emergência nacional ou internacional, o PL 12/21, de autoria do senador senador Paulo Paim (PT-RS).

Apesar da orientação do líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), declarar voto contrário à proposta da quebra de patentes, o texto principal do substitutivo do deputado Aécio Neves (PSDB-MG) teve 425 votos a favor e 15 contra. Houve quatro abstenções. O texto retornará ao Senado, porque sofreu alterações na Câmara.

A proposta prevê a suspensão de licenciamentos e estabelece que o detentor da patente ou do pedido dela, caso ainda não obtida, receberá o valor de 1,5% do preço líquido de venda do produto associado à patente até que o valor venha a ser efetivamente estabelecido. "Estamos conjuntamente dando ao Brasil uma das mais avançadas legislações mundiais sobre o tema", afirmou Aécio Neves, ao final da leitura do relatório na tribuna.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que é médica, elogiou o relatório do deputado tucano e lembrou que não é a primeira vez que o país trata desse tema para enfrentar uma doença. Citou como exemplo a quebra de patentes de medicamentos no combate à Aids. Segundo ela, a quebra de licença compulsória "é um instrumento jurídico fundamental" para enfrentar pandemias que acabam trazendo medicamentos de alto custo. (RH)

Câmara pode votar hoje supersalários

» ROSANA HESSEL

Após quatro anos parado na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que regulamenta o teto do funcionalismo público e acaba com os supersalários, o PL 6726/16, começa a andar na Casa e poderá ser votado hoje. O requerimento para que a proposta tramite em regime de urgência, apresentado pelo relator da matéria na Casa, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), em 2017, foi incluído na pauta do plenário da Câmara ontem. A votação do pedido, porém, foi adiada para hoje, quando o plenário deverá apreciar tanto o requerimento quanto o mérito da proposta, de

acordo com o parlamentar.

"Possivelmente, deveremos votar o requerimento e o mérito amanhã à tarde", disse Bueno, que pretende alterar o substitutivo do PL que apresentou em 2018. "Os técnicos estão fechando o novo texto", acrescentou. Ele contou que houve um acordo entre os líderes para que o projeto seja votado nesta quarta-feira. O deputado prevê uma economia de R\$ 3 bilhões por ano para os cofres públicos com a aprovação da proposta.

A proposta determina quais remunerações podem ficar de fora do teto dos servidores federais, atualmente, de R\$ 39,2 mil por mês, e põe um fim à ocorrência de salários de até R\$ 100 mil. O proje-

to classifica 39 tipos de rendimentos, indenizações, direitos adquiridos ou ressarcimentos que precisarão respeitar os limites da remuneração dos funcionários públicos, como auxílio-moradia e jantons em conselhos de estatais. As mudanças valem para os funcionários ativos e os aposentados dos Três Poderes dos governos federal, estaduais e municipais, conforme o texto aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara em 14 de dezembro de 2016.

Questão moral

De acordo com especialistas, a regulamentação do teto do funcionalismo poderá gerar

uma economia de até R\$ 4 bilhões por ano para os cofres públicos. Conforme os dados do Centro de Liderança Pública (CLP), há um contingente de 25 mil servidores que custam R\$ 2,6 bilhões por ano do país. "A discussão é acabar com os supersalários é positiva, justa e respeita a Constituição. Precisamos acabar com os privilégios desta pequena parcela do funcionalismo público não só pela questão fiscal, mas também a moral", afirmou Tadeu Barros, diretor de Operações do CLP.

Segundo o especialista, 0,23% do total de funcionários públicos do Brasil recebe acima do teto constitucional nas três

esferas de poder e nos governos federal, estaduais e municipais. "A aprovação dessa lei significa mostrar para a sociedade que todas as pessoas são iguais e estão sujeitas às mesmas regras", acrescentou.

Pelos cálculos do economista Gabriel Leal de Barros, o impacto nas contas públicas pode girar em torno de R\$ 4 bilhões por ano. "Se esse projeto for aprovado, o Brasil finalmente passará a cumprir a sua Constituição e acabar com a imoralidade dos penuricalhos e supersalários no funcionalismo público", afirmou. "Essa é uma pauta importante para a moralidade do país."